

**MANICA MOÇAMBIQUE
TERMINAIS**

Maputo e Nacala

PUB.

Espaço

Publicitário

CARO TRABALHADOR!

Mude de comportamento e atitude face ao HIV/SIDA. Ajude seus colegas, familiares e amigos, transmita a mensagem da Lei 5/2002 de 5 de Fevereiro

PUB.

vertical

Maputo sexta-feira 16.12.2005 Nº 972

Dados oficiais, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas no seu estudo sobre o Impacto Demográfico do HIV/SIDA no País, estimaram que 58% das pessoas vivendo com o HIV e SIDA no País são mulheres e raparigas, e 75% das pessoas seropositivas, na faixa etária dos 15-24 anos, são do sexo feminino. Previna-te do HIV/SIDA.

Uma campanha da Repórteres Associados, Lda.

PUB.

PUB.

Mais de 50 lojas
Das 09h às 20h

FRANCA CENTRO COMERCIAL

(Maputo) Os deputados da Assembleia da República (AR), estão divididos quanto à aprovação do Plano Económico Social (PES) e do Orçamento de Estado (OE) Para 2006. Essa divisão foi demonstrada nos pareceres apresentados pelas comissões especializadas durante a apresentação destes dispositivos que servirão de orientação do Governo para o Próximo ano. Os deputados da Renamo-União Eleitoral (RUE), acham que o PES e o respectivo orçamento, apresentam omissões pelo que recomendam ao plenário uma apreciação negativa; enquanto que os deputados da Frelimo, recomendam que a apreciação deve ser positiva por considerarem que estes documentos foram bem elaborados e constituem instrumentos fundamentais para o desenvolvimento do País.

O posicionamento dos deputados da RUE na Comissão da Agricultura, Desenvolvimento Regional, Administração Pública e Poder Local é de que a lei 8/2003, de 19 de Maio, que estabelece os princípios legais de

relacionamento entre administradores e os governantes não está sendo implementada, estando ainda a máquina governativa a funcionar nos moldes do passado, isto é, antes da sua aprovação. A RUE acha que as recomendações arroladas aquando da aprovação do PES em vigor, continuam enferme dos mesmos vícios, sendo um dos exemplos, a construção das pontes sobre o rio Limpopo entre Guijá-Chokwe, rio Lugela na Zambézia, Melule em Nampula, que na proposta para 2006, fala-se da continuação de construção dessas pontes, quando ainda nem sequer iniciaram.

Por outro lado, os membros da Frelimo da mesma Comissão, recomendam a aprovação positiva do Plano económico e Social para 2006, por considerarem que o mesmo enquadra-se nos objectivos e prioridades estabelecidos no programa Quinquenal do Governo para 2005/2009, já aprovado pela AR e, a sua implementação irá responder às expectativas das populações e continuidade da melhoria das suas condições de vida.

Na comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Ambientais também houve divergência entre os membros das duas bancadas, tendo o grupo RUE considerado que a área Social do PES/2006 caracteriza-se por muitas omissões e descontinuidades de acções previstas no

PES/2005; bem como a falta de uniformização na forma de abordagem dos assuntos entre diversos sectores do Governo, entre outras imprecisões que põem em causa a operacionalização do Plano Quinquenal do Governo e sublinha do que só votarão a favor caso o proponente melhore o documento e, a Frelimo considera que o PES para 2006 apresenta melhorias significativas no que respeita à localização temporal das acções a realizar, bem como, a inclusão de uma parte das recomendações dadas ao Governo pela Comissão, aquando dos pareceres anteriores sobre o Plano Quinquenal do Governo 2005/2009.

RUE RECOMENDA REFORMULAÇÃO DO PES

E mais: os deputados da RUE na Comissão da Defesa e Ordem Pública não fugiram à regra dos demais colegas. Aqui o grupo da RUE disse que continua a existir políticas discriminatórias contra oficiais provenientes das forças da Renamo, que gradualmente tem vindo a ser afastados dos seus cargos e arbitrariamente passados à reserva e a desmobilização, por se considerarem excedentes no âmbito do quadro da nova orgânica.

Acrescentam que continuam a não ser transparente a origem das receitas próprias do Ministério da Defesa, inscri-

FORMAR COM QUALIDADE HOJE OS PROFISSIONAIS DE QUALIDADE DO AMANHÃ

...na Escola Secundária do ISCTEM

11ª e 12ª Classes - Ano Lectivo 2006

ÚLTIMA OPORTUNIDADE!
Matrículas até 16 de Dezembro



Contacte já a Secretaria do ISCTEM:
Tel.: 21312014/5 - Fax: 21312993
Rua 1394 - Zona da Facim, 322
Caixa Postal 1666 - Maputo - Moçambique
E-mail: isctem@isctem.com

Neste Verão entre no contexto com muito texto.

50 SMS's de borla todos os meses, no contrato.

Promoção válida durante todo o Verão Amarelo.



PUB.

tas no Orçamento de Estado para o próximo ano.

Sobre o SISE, a RUE diz que esta é a estrutura que mais escapa à fiscalização da Sociedade Civil e, em particular desta comissão parlamentar. Por estes motivos, a RUE é pela apreciação negativa do PES e aconselha à plenária a sua reprovação, ou seja, deve ser reformulado.

A bancada da Frelimo ao nível da Comissão da Defesa e Ordem Pública considera que o posicionamento dos seus colegas da oposição constitui a sua estratégia reiterada de partidização das FADM e de discriminação dos cidadãos com base em cores partidárias: "esta estratégia corporiza em si um objectivo de exclusão social, atitude que a Frelimo e seu Governo se distanciam".

No caso da comissão dos Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e de Legalidade, a RUE também considera que o PES/2006 e o OE apresentam muitas irregularidades e omissões, sendo exemplo dessas omissões, o facto de o Ministérios de Planificação e Desenvol-

vimento e das Finanças não estarem previstos no orçamento.

Outra omissão questionada pela RUE é o facto de no orçamento para o próximo ano, não prever despesas com os Combatentes da Democracia, como prevê o artigo 15 da Constituição da República.

Preocupa também aos membros da RUE, a construção de Palácios de Justiça apenas nas três províncias do Sul, nomeadamente: Maputo-cidade, Maputo-Provincia e Inhambane, negando-se a teoria política do governo de combate às assimetrias e desequilíbrios regionais.

A RUE na Comissão das Actividades Económicas e Serviços é da opinião de que muitas acções não foram cumpridas, nem mencionadas no balanço do primeiro semestre do PES/2005 e exemplo são as 4 embarcações para as travessias de Maputo-Catembe, Inhambane-Maxixe, Beira-Buzie e Quelimane-Recamba e a electrificação da zona de Ancube da província de Cabo-Delgado, prejudicando assim, a exploração dos recursos minerais. Mas uma vez, nesta comissão, a RUE diz que o PES e o

respectivo orçamento são documentos de vontades e não de execução, intenções sobejamente conhecidas e não de materialização, sendo assim, propõe que não seja aprovado.

Entretanto, a Frelimo na respectiva Comissão ao apreciar o posicionamento da RUE, concluiu que ele reflecte tão somente uma forma de ser e de estar na política da RUE que não toma em consideração os processos reais no terreno e nem tão pouco, os reais resultados do controlo político à acção governativa exercida pela AR, através das comissões especializadas, considerando que o posicionamento da RUE, constitui em si mesmo um equívoco.

Referir que a AR irá pronunciar definitivamente hoje sobre a proposta do PES e do OE para 2006 e, o Governo irá responder à preocupação dos devedores depois da votação, tudo indicando que os dois documentos poderão passar com voto negativo da RUE.

(Arménia Mucavele)

Liberalização aérea pode ser uma realidade

(Maputo) A liberalização do sector aéreo em Moçambique pode ser concretizada, desde que os resultados beneficiem o país, defendeu Carlos Morgados, antigo ministro da Indústria e Comércio, ontem, num encontro promovido pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), cujo estudo foi apresentado pelo consultor, Andy Ricover. A este propósito, Morgado observou que "a questão é como fazer a liberalização sem prejudicar os operadores nacionais".

Mais, Morgado acrescentou que "como liberalizar o nosso mercado, enquanto os outros mercados à nossa volta estão protegidos?" e acrescentando que a sua posição deriva do facto de o Governo moçambicano ter liberalizado quase tudo, citando como exemplo, "a liberalização da banca".

Por outro lado, Morgado acredita que caso se liberalize o sector aéreo, "as

operações nacionais poderão reduzir-se para 15% a 20% das actuais".

Entretanto, o consultor Ricover sem hesitações, manteve a sua posição inicial, referindo que Moçambique saíria a ganhar e esclarecendo que "a liberalização vai contribuir para as operações domésticas nacionais, enquanto que, aos passageiros beneficiariam pela concorrência".

Conforme Ricover, "a liberalização não significa que as companhias estrangeiras tenham acesso às operações do-

mésticas", apontando a título de exemplo que "a SAA só seria autorizada a fazer voos de Johannesburg-Beira e não Johannesburg-Maputo-Beira".

A propósito e à margem do debate, Ernesto Carrilho, director das operações da Air Corridor, apontou aos jornalistas que de momento, "devido ao monopólio entre a LAM e SAA na partilha do troço Maputo, Johannesburg e vice-versa, as duas companhias não tem a capacidade de oferta aos passageiros".

(Zacarias Couto)

TropicalWeb
Sistemas de Comunicações

- Internet 24 horas
- Soluções wireless
- Montagem de intranet
- Assistências técnicas
- Criação de páginas web

www.tropical.co.mz

Av. Agostinho Neto, 1328 - 1º andar - Tel: 21308354/5 - Fax: 21303837
E-mail: infowave@tropical.co.mz - Maputo-Moçambique

PUB.

A opinião de: Salimo Abdula *

Permita-me Senhor Presidente da República, Excelência, em meu nome, em nome da CTA e de todos os empresários, apresentar as nossas felicitações e cumprimentos pela sua eleição e tomada de posse como Presidente da República de Moçambique.

Somos a CTA, a Confederação das Associações Económicas de Moçambique, uma instituição de âmbito nacional, sem fins lucrativos, não-governamental e, que representa o tecido empresarial Moçambicano através da afiliação de associações sectoriais, câmara de comércio e associações empresariais provinciais.

Somos a organização do sector privado moçambicano que, sendo emergente e, em função de todos os condicionamentos que rodeiam o seu crescimento, pretende ser uma instituição democrática, representativa e participativa, com um papel preponderante no desenvolvimento económico do País e na luta contra a pobreza.

A missão que definimos para a CTA é a de "Contribuir para um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do sector privado e para um movimento associativo forte e participativo, socialmente responsável, capaz de influenciar políticas económicas e promover a competitividade e qualidade empresarial".

A CTA surge, primeiro, em 1995 como Comissão de Trabalho das Associações. Nasce como resultado da crescente procura de soluções de política empresarial e económica junto do Governo, com vista a adopção de um ambiente de negócios favorável a competitividade e desenvolvimento empresarial.

Em 1998 formaliza-se a criação da CTA como Confederação. De vinte e uma associações fundadoras da CTA, evoluiu-se para 54 associações e câmaras de comércio empresariais associadas, representando empresas dos vários ramos de actividades ao nível nacional e provincial, incluindo empresas mistas e internacionais.

O foco inicial do programa da CTA, foi de tentar junto ao governo remover as barreiras administrativas ao negócio, promover acções de formação, desenvolvimento do conhecimento de negócios e acesso ao financiamento para investimentos. Estas funções continuam a constituir na actualidade, principais preocupações da CTA.

Por outro lado a CTA tem vindo a preocupar-se com o estabelecimento de uma parceria efectiva com o Governo na concepção, adopção e implementação de medidas de política económica e empresarial que induza o crescimento económico do país baseado no sector privado.

Os Mecanismos Consultivos com o Governo desempenham um papel importante na prossecução da missão da CTA.

Para além das Conferências Anuais do Sector Privado (CASP), o diálogo concertado e estruturado entre o Governo e o Sector Privado inclui: O Conselho Alargado de Consulta, que é semestral e dirigido por Sua Excelência a Primeira-Ministra, onde são abordados assuntos relativos a competitividade da economia e revista a implementação das matrizes acordadas na CASP;

Encontros trimestrais de consulta com os Ministros das áreas económicas relevantes para as empresas, onde é discutida a implementação dos temas das matrizes saídas da CASP;

Encontros dos empresários e seus assessores com quadros seniores dos Ministérios, para aprofundar o entendimento

PRETENSÃO DOS EMPRESÁRIOS **

dos constrangimentos e identificar soluções para os problemas que afectam o sector privado;

Com a nomeação dos novos corpos directivos da CTA também reestruturamos e revigoramos os mecanismos consultivos, dando-lhes uma melhor organização e autonomia de funcionamento, adoptando o conceito de Pelouros Sectoriais.

Os Pelouros não só incorporam maior autoridade e descentralização, mas também, pretendem que a interacção com o Governo determine a agenda da CTA e estabeleça os mecanismos efectivos de resolução dos problemas que afectam o sector privado.

Com poucos meses de funcionamento, verificamos que muitos Pelouros já estão a consolidar a disciplina de se encontrarem para trocarem impressões sobre as suas indústrias ou sectores, identificar e agir sobre os problemas que lhes afectam. Com o Governo procuram soluções que beneficiam a competitividade da economia moçambicana.

A nível provincial, estamos em processo de estabelecer os Conselhos Empresariais, fóruns de consulta entre o Governo e o Sector Privado em questões relacionadas com o crescimento e desenvolvimento das empresas e da província.

Continuaremos a consolidar os Pelouros e a torná-los verdadeiros campeões de luta " por um melhor ambiente de negócios" em Moçambique.

A nossa percepção e avaliação recente dos Mecanismos Consultivos, indica que, não obstante uma melhoria nas relações entre o Governo e o Sector Privado, e um maior interesse em encontrar soluções criativas para os problemas identificados, Moçambique ainda não é um país competitivo na região e no mercado global, pois enfrenta altos custos de transacção originados por ambiente de negócios que ainda não é o desejado.

Na Oitava Conferência Anual do Sector Privado, realizada em Outubro de 2004, concluímos que a CTA deve continuar a advogar a remoção de barreiras ao negócio, ao mesmo tempo que procura apoiar o empresário a maximizar as oportunidades de investimento e tornar os seus negócios sustentáveis.

Assim, a CTA tem vindo a expandir o leque de serviços que poderá prover às empresas e membros das associações, como por exemplo: A SOGEX que oferece serviços de feiras e exposições. A EMPRETEC que fornece serviços de formação vocacional em gestão; O ECO SI DA que fornece serviços de mitigação e combate ao HIV SI DA no local de trabalho; O Centro de Arbitragem, Conciliação e Mediação, que oferece serviços extra judiciais de resolução de conflitos; e...

O PROVIDOR DA JUSTIÇA (Ombudsman) que oferecerá brevemente serviços de resolução e denúncia de injustiças do Estado para com as Empresas.

Ao nível da CTA estamos a reforçar a capacidade de análise económica de modo a advogarmos políticas económicas e empresariais que contribuam para o desenvolvimento do País.

Cada um dos Pelouros tem problemas específicos que no conjunto formam uma matriz extensa e complexa, que todos os anos é discutida com o Governo na Conferência anual do sector privado.

Temos consciência da impossibilidade material de, neste encontro de trabalho, apontar soluções imediatas para todos os problemas identificados, mas seleccionamos aqueles que

Ementa do dia verticulturando

TERMÓMETRO

Hoje, céu limpo : Máx. 34 Min. 23.
Amanhã, céu limpo Temperaturas:
Máx. 34 Min. 18. **Domingo**,
previsão de ocorrência de
aguaceiros. Temperaturas: Máx.
25 Min. 18. **Segunda-feira**, céu
parcialmente limpo. Temperaturas:
Máx. 25 Min 24. **Fonte: CNN**

No prelo

Hoje, 18ª e última Gala das mini-estrelas do FAMA SHOW. Local, Pavilhão do Maxaquene, 19h00.
Amanhã, no campo do Maxaquene, 19h00. Actuação do músico caboverdiano, Gil Semedo e da Banda Splash. Artistas da casa: Dr. Mingos, Denny OG, MC Roger, Mozpipa, Tikity, Mad Leve, 360 Graus, Estaca zero, Búfalo e Wantsongo, António Marcos, N` Star, Marlene, Oliver Stile e JD(Angola).

Sábado, Arssalan Serra na Quinta Manejo House, Rua da Dona Alice/Perto da Agro-Flora, 12h00. Entrada simples: 30.000,00 Malambes e reserva de mesa 350.000,00 Malambes. Convidados especiais: Grupo Mafwe e Kalizanyambo.
Hoje, no Ministério de Desenvolvimento e Planificação. Assinatura de Acordo, 7h45 entre Governo de Moçambique e IDA.

Espaço publicitário

neste momento mais nos preocupam e que julgamos serem possíveis de abordar e, no quadro de um diálogo mais informado, apontar soluções. Deste modo queremos destacar questões relacionadas com: O acesso e custo do financiamento. A reforma e modernização do Sistema fiscal: A transacionabilidade dos títulos de uso e aproveitamento de terra; A reforma da Lei de Trabalho, criação de emprego e formação;

Os contratos com o Estado, incluindo as regras de procurement e os pagamentos do Estado. As infra-estruturas e novas Tecnologias de Informação e Comunicação. A estabilidade macroeconómica, legalidade e ambiente de negócios

O acesso e custo de financiamento têm constituído um dos maiores nós de estrangulamentos no investimento privado. Consideramos que o Governo deve promover a criação de fundos de garantia, bem como adoptar medidas que tornem as empresas elegíveis para financiamentos junto da banca comercial. De entre outros, os subsistemas que contribuem para o aumento do custo do crédito e dificultam a constituição de colaterais, foram já identificados como sendo o deficiente funcionamento do sistema de justiça e a não utilização da terra como capital.

Na procura de mais soluções para o financiamento às empresas e na melhoria da sua gestão, estamos num processo de reformulação do PODE e no desenvolvimento de projectos no âmbito do Millenium Challege Account (MCA). Pretendemos que estas alternativas venham a reforçar a capacidade

verticas

(Maputo) A empresa de telefonia móvel, Moçambique Celular(mCel), ocupou o terceiro lugar no ranking das 100 maiores empresas de Moçambique em 2004. Nesta ordem, a Mozal ocupou o 1º lugar, seguido da HCB em 2º. A Petromoc está em 4º lugar e a TDM em 5º. Em 6º está a EDM e o 7º lugar é ocupado pelas Cervejas de Moçambique. A BP, Motraco e os CFM ocupam o 8º, 9º e 10º lugares, respectivamente. Recordar que nesta pesquisa levada a cabo pela KPMG participaram cerca de 196 empresas. **(Victor Matsinhe)**

RENOVAÇÕES E NOVAS ASSINATURAS/ 2006

Temos o prazer de lembrar aos nossos estimados assinantes e anunciantes, que já estamos abertos para renovações e novas assinaturas referente ao ano de 2006. Os pagamentos são efectuados em cheque. Para informações adicionais, contactar o senhor Zacarias Couto pelos telefones: 21 41 45 42/4, ou pelo Fax: 21 41 45 42 ou pelos celulares 82-8369710 ou 82 31 39 250 ou por E-mail vertical@tropical.co.mz, ou directamente nos nossos escritórios, sitos na 2ª Rua Perpendicular, nº 164, Bairro da Coop, Maputo. **O Editor**

de assistência técnica e de formação nas empresas assim como a melhoria do sistema de acesso e custo do financiamento.

Na reforma fiscal propomos que os impostos sejam abrangentes, simples e promotores da competitividade das empresas. Entre outras medidas defendemos, a redução da carga fiscal global na perspectiva do alargamento da base tributária; a criação dum imposto único para as microempresas; e a reformulação das inspecções de modo que, antes de punitivas, sejam educativas e não promotoras de actos paralelos à lei. Os impostos deverão ser simples, acessíveis e todos devemos pagar.

As empresas reconhecem o impacto que o HIV-SIDA poderá ter na população activa e nos custos macroeconómicos e sociais do país. Regras fiscais poderão constituir um instrumento eficiente no combate a esta pandemia.

A adopção de medidas que permitam a dedução directa na matéria colectável para as empresas que financiam programas de tratamento de infecções oportunistas e tratamento anti-retroviral; a criação de mecanismos de facilitação e acesso a anti-retrovirais genéricos e mecanismos que incentivem o investimento das empresas em programas de HIV-SIDA são exemplos de algumas medidas que podem contribuir para o combate deste mal. * **Presidente da CTA**

** título do "vt"

CÂMBIOS/USD

15.12.2005 - Nova Iorque

Moeda **compra**

| | |
|----------|--------|
| Coroa/D | 6.2356 |
| Coroa/N | 6.6552 |
| Coroa/S | 7.9122 |
| lene | 117.05 |
| Euro | 0.8371 |
| Libra/GB | 0.5671 |
| Rand | 6.39 |
| Real | 2.28 |

(fonte: Standard & Poor's / FEDCNN)

vertical

Um jornal por Fax: Proprietário - **Repórteres Associados Lda.**; GABINFO-Dispensa do registo-DE-2001 Editor: **Victor Matsinhe**. 2ª Rua Perpendicular, 164, Bairro da Coop, Maputo, Moçambique, Telef: 21414542/6, Fax:21 414542, Tel. de Administração: 21414544.Celular- 82-3139250 E-mail: vertical@tropical.co.mz - Assinaturas mensais: - ordinária: 500.000Mt; institucional: 875.000Mt; embaixadas e ONGs estrangeiras: 1.250.000Mt. Outras moedas ao câmbio do dia. Nui: **400096686**